

Mulheres em acção: Prevenindo a Violência Armada

Notícias da Rede

- Quênia: aprendizagem prática para a paz
- Vozes de mulheres Africanas
- O debate aberto sobre a Resolução 1325
- Sri Lanka: Mulheres, guerra e deslocados
- Capacitação através de intercâmbio
- Mulheres liberianas: em luta pela paz
- Violência e armas: um retrato português

Foco especial: Os 16 Dias de Activismo Contra a Violência de Género

- O tráfico de armas e de mulheres no nordeste da Índia

Anúncios

- Comissão Nacional Nigeriana
- 1 Comissão sobre Desarmamento

Eventos Recursos



Boletim N. 17, Janeiro de 2009

HIV/SIDA e armas de pequeno calibre

A 53ª sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher terá lugar na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, de 2 a 13 de Março de 2009. O tema principal será 'A partilha igual de responsabilidade entre mulheres e homens, incluindo na prestação de cuidados no contexto do HIV/SIDA'.

A Rede de Mulheres da IANSA fará a ligação entre armas de pequeno calibre a propagação do HIV/SIDA, centrando-se especialmente sobre as formas como as armas de pequeno calibre alimentam conflitos e contribuem para a migração forçada, infectious disease e trauma psicológico. A violência sexual cometida com ameaça de arma de fogo coloca graves riscos de difusão de HIV e outras infecções transmitidas sexualmente.

A violência sexual e exploração, comuns em contextos de conflito e pós-conflito, contribuem para taxas elevadas de transmissão do HIV. Abuso sexual por parte de um homem infectado expõe directamente a mulher ao vírus, e as feridas que daí podem resultar, aumentam ainda mais o risco de infecção. Em alguns conflitos, a infecção planeada e deliberada de mulheres com HIV torna-se um instrumento de guerra étnica. Alguns sobreviventes de violação que contraíram o vírus HIV podem engravidar em resultado de abusos e os seus filhos podem posteriormente tornar-se órfãos ou sucumbir eles próprios à doença.

Existem muitos elementos importantes envolvidos na transmissão do HIV, incluindo a deslocação e pobreza que, por sua vez, criam ambientes que colocam as mulheres em risco. As mulheres deslocadas internamente

"Guerras e conflitos armados geram condições férteis para a propagação do HIV. As violações dentro e fora dos campos refugiados desempenharam, sem dúvida, um papel na disseminação do vírus."

UNAIDS

enfrentam riscos adicionais, uma vez que são muitas vezes invisíveis para a comunidade internacional no contextos de conflito armado. Os campos de refugiados e deslocados internos têm sido por negligenciarem as preocupações e necessidades das mulheres no seu funcionamento e procedimentos. Failure to account for women's security and health needs can make a camp intended to provide refuge a dangerous and deadly place for women and girls.

A proliferação de armas de pequeno porte pode levar os governos a concentrarem os seus esforços em medidas de defesa e segurança, deixando-lhes poucos recursos para lidar com os efeitos da violência armada na saúde ou com o HIV/SIDA em particular.

Mesmo quando os conflitos terminam, as condições económicas e sociais que se seguem, em particular o desemprego, tendem impedir o retomar das vida normal nas comunidades e esferas familiares. Nestas circunstâncias, quando a SIDA já é um problema, as mulheres carregam o fardo do cuidado dos familiares infectados. Assim, as mulheres não só constituem um grupo de risco de infecção do vírus HIV durante e após os conflitos, como suportam de forma desproporcional o fardo do cuidado dos familiares. O HIV/SIDA não é apenas uma questão de saúde, mas também um problema social. Mulheres e meninas violadas e/ou sequestradas são muitas vezes culpabilizadas pela sua situação. Logo, o conflito e o HIV/SIDA nas mulheres e meninas afecta o seu estatuto social e pode conduzir a mais actos de violência.

Será discutido igualmente o tema "Participação igual de mulheres e homens em processos de tomada de decisão a todos os níveis", adoptado na 50ª sessão da Comissão. A IANSA participará nos trabalhos enquanto parte do grupo de trabalho de ONG sobre Mulheres, Paz e Segurança, ligando a questão da violência armada com a paz e segurança das mulheres, com o objectivo de garantir que questões como a participação de mulheres em processos de desarmamento e de elaboração de leis e programas sejam incluídas na implementação da Resolução 1325, nomeadamente na redacção de planos de acção nacionais.

Para mais informações, consulte:

Comissão sobre o Estatuto da Mulher, 53ª Sessão

www.un.org/womenwatch/daw/csw

Dados sobre HIV/SIDA, Conflito e Deslocação

UNICEF e ACNUR, 2006

http://data.unaids.org/pub/Report/2006/hiv_aids_conflict_displacement.pdf



Notícias da Rede

Quénia: aprendizagem prática para a paz

Em Outubro de 2008, Judy Waruhiu da Federação de Conselhos Cristãos nos Grandes Lagos e Corno de África (FECCLAHA) participou no curso de especialização sobre Mulheres em Situações de Conflito Armado, parte do of the International Civilian Peacekeeping and Peacebuilding Training Program (IPT) no Centro de Investigação Austríaco para a Paz e Resolução de Conflitos (ASPR).

Judy participou numa formação de duas semanas de preparação para situações de conflito, bem como num curso de especialização que a qualifica a trabalhar com mulheres envolvidas em actividades de manutenção e construção da paz. O curso pretende contribuir para um melhor entendimento e cooperação entre governos e ONGs e logo para a manutenção da paz, cooperação para o desenvolvimento e ajuda humanitária.

O curso sublinhou a necessidade de envolver os homens no processo de compreensão da destruição causada pelo conflito e seus impactos na vida das mulheres. É importante ter em atenção as necessidades de homens e mulheres antes de planear a intervenção. É também essencial analisar os seus papéis antes do conflito de forma a entender como e porquê os conflitos envolvem mulheres. Uma análise dos vários papéis desempenhados ou assumidos pelas mulheres durante as diversas fases do conflito revela questões importantes que têm de ser tidas em conta nas iniciativas de construção da paz e resolução de conflitos. Enquanto que as necessidades práticas de género geralmente dão resposta às necessidades mais imediatas de homens e mulheres, o interesse estratégico da perspectiva de género trata das necessidades de longo-prazo que têm como objectivo alterar a posição/estatuto das mulheres na sociedade.

Os participantes aprenderam a partir de estudos de caso sobre negociações de paz e processos de desenho de acordos que geralmente limitam ou excluem as mulheres. Exemplos incluíram a forma como as mulheres conseguiram acesso às negociações de paz. No Burundi, as mulheres usaram o Nelson Mandela para expressar as suas questões; na Libéria, as mulheres trancaram as portas da sala onde decorriam as negociações até que o acordo fosse assinado pelas partes em disputa. A distância física também cria barreiras à participação de mulheres nestes processos sempre que as negociações são levadas a cabo noutros países ou em sessões fechadas que excluem as organizações de base. Na Libéria, o processo de paz foi negociado e finalizado em Accra, no Gana. No Sudão, o acordo de paz foi assinado em Nairobi.

Boletim da Rede de Mulheres da IANSA, disponível em inglês, francês, espanhol e português.
Compilado e editado pela coordenadora da Rede de Mulheres da IANSA: Sarah Masters.

Tradução: Observatório Género e Violência Armada, Núcleo de Estudos para a Paz, Centro de Estudos Sociais, Portugal.

Impresso pela The Russell Press, Reino Unido.



Judy Waruhiu

O curso contemplou aspectos como as deslocações pós-conflito, reconstrução e reconciliação, centrando-se particularmente no desemprego, pobreza e violência doméstica.

Relacionou a violência sexual a mecanismos de justiça transicional, incluindo a prevalência/difusão de HIV e SIDA em resultado do uso da violação enquanto arma de guerra e concluiu que a prestação de cuidados de saúde geralmente não é tida como prioritária durante os processos de construção da paz.

Estudos de caso de processos de DDR na Libéria, Colômbia, Sri Lanka e Eritreia foram usados para sublinhar a necessidade de incluir as mulheres, nomeadamente as mulheres combatentes, esposas de soldados, viúvas de guerra entre outras, nos processos de desarmamento e desmobilização e reconhecer os papéis de apoio que desempenham na reintegração. As necessidades e prioridades de mulheres e meninas devem ser incorporadas totalmente no desenho e implementação de programas de DDR. Maior atenção deve ser dada aos procedimentos que verificam a elegibilidade de mulheres e meninas associadas às forças combatentes para participarem nestes programas. O curso deu um ênfase deliberado no papel das mulheres no desenvolvimento de programas em todas as fases pós-conflito e processos de reconstrução.

Esta especialização sobre mulheres em contextos de conflito armado inclui:

1. Conceitos básicos sobre mulheres em situações de conflito armado.
2. Os impactos dos conflitos armados na vida das mulheres.
3. Enquadramento legal e padrões internacionais de protecção.
4. Análise de conflitos a partir de uma perspectiva de género e mainstream de género em gestão de projectos.
5. Abordagens de género e a sua implementação em missões de paz.

Para mais informações, consulte:

Centro de Investigação Austríaco para a Paz e Resolução de Conflitos (ASPR)

www.aspr.ac.at

FECCLAHA

www.fecclaha.org

Vozes de mulheres Africanas

Em Novembro de 2008, a Liga Internacional de Mulheres Para a Paz e Liberdade (WILPF) organizou um conjunto de seminários intitulado 'Vozes de Mulheres Africanas', em Londres, Reino Unido.

Oradoras do Malawi, República Democrática do Congo, Nigéria, Sudão, Angola e Ruanda partilharam as suas experiências sobre diversas questões, incluindo resolução de conflitos, violência contra mulheres e direito à terra.

Apesar de ser impossível falar de 'Mulheres africanas' como categoria colectiva natural e consolidada, o elemento comum dos seus relatos é o papel central que têm desempenhado na construção de comunidades pacíficas e reconstrução de sociedades afectadas pelo conflito e pela guerra. Partilham ainda experiências comuns de discriminação, violência de género e exclusão.

O conjunto de seminários centrou-se nos impactos das políticas levadas a cabo por ONG em África, bem como das políticas nacionais e internacionais passadas, presentes e futuras. As mulheres identificaram alianças existentes e os elementos necessários para salvaguardar a independência, crescimento e paz no continente africano.

O primeiro evento foi um fórum parlamentar, na Casa dos Comuns, no dia 5 de Novembro. Nana Ama Amamoo, directora da Fundação das Famílias Africanas, interveio em nome da IANSA. Pauline Dempers, da organização Breaking the Wall of Silence, falou sobre a justiça transicional e controlo de armas na

Namíbia pós-colonial. Alguns dos comentários feitos por mulheres congolezas foram usados por membros do parlamento num debate parlamentar subsequente sobre a República Democrática do Congo.

Outros eventos incluíram a realização de uma mesa redonda na Chatham House, no dia 7 de Novembro, e de um seminário no Centro da Amnistia Internacional, no dia 8 de Novembro. Em ambos os eventos, as mulheres partilharam as suas experiências sobre conflitos, direitos humanos, paz e desenvolvimento e as suas perspectivas.

As mulheres falaram ainda sobre o impacto das armas de fogo nas suas vidas e comunidades, apelando a uma melhor regulação do comércio de armas de pequeno calibre e armamento ligeiro. Exemplos da República Democrática do Congo, Nigéria, Angola e Namíbia foram usados para demonstrar a forma como as armas de fogo afectam a segurança humana, criam injustiça, permitem violações de direitos humanos e perpetuam o comércio ilegal de recursos naturais. O comércio de armas e os conflitos armados estão a afectar o desenvolvimento de forma directa e indirecta e estão a contribuir para a degradação ambiental através da desflorestação e actividade mineira.

Enquanto estiveram reunidas em Londres, as mulheres africanas escreveram uma declaração enunciando algumas das suas preocupações. Apelaram ao empenho de Estados e ONGs na salvaguarda da segurança humana: alimentação, habitação, cuidados de saúde, educação, emprego e existência digna. Reiteraram ainda que a segurança não deve ser

confundida com poder militar, mas sim equacionada com a protecção das pessoas, incluindo a garantia de recursos básicos necessários à sua sobrevivência.

O debate aberto do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a Resolução 1325

No dia 24 de Outubro de 2008, o grupo de trabalho de ONGs (NGO WG) sobre Mulheres, paz e Segurança escreveu uma carta aberta aos embaixadores sobre como melhorar a participação de Mulheres em todos os Aspectos da Promoção da Paz (Peacemaking), Manutenção da Paz (Peacekeeping) e Construção da Paz (Peacebuilding).

Na carta, o grupo de trabalho apelou a uma avaliação crítica dos esforços destinados a melhorar a participação das mulheres em todos os aspectos de promoção da paz (peacemaking), (peacekeeping) e (peacebuilding), particularmente no trabalho do Conselho de Segurança.

No dia 29 de Outubro de 2008, Sarah Taylor, coordenadora do grupo de trabalho sobre Mulheres, paz e Segurança dirigiu-se ao Conselho de Segurança das Nações Unidas durante o debate aberto, com a comunicação "Igualdade de participação e envolvimento total de mulheres em todos os esforços de manutenção e promoção da paz e segurança." Ela expressou as preocupações da ONG neste domínio e apresentou recomendações relativamente à participação das mulheres em todos os aspectos da transformação de conflitos, incluindo os processos de DDR:

"Muitas vezes as leis aprovadas como parte do processo de reconstrução não dão prioridade à questão das armas de pequeno porte e violência contra mulheres e não reconhecem que a violência doméstica armada aumenta durante e depois dos conflitos. Quando as questões relacionadas com iniciativas de DDR são abordadas em processos negociais, tal deve ser usado como oportunidade para reconhecer o impacto destas leis na vida das mulheres e garantir a sua participação na transformação da sociedade. Porque é disto que tratam as resoluções 1325 e 1820, da transformação da sociedade."

É necessário passarmos das palavras às acções – das abordagens ad hoc à incorporação sistemática das preocupações veiculadas nestas resoluções no trabalho quotidiano do Conselho de Segurança, sistema das Nações Unidas e de todos os Estados membros. Em conclusão, Sarah apelou aos membros do Conselho que se perguntem diariamente, no decurso do seu trabalho, "Onde estão as mulheres? Porque é que não são parte destes processos? O que podemos fazer para alterar esta situação?"



Sri Lanka: Mulheres, guerra e deslocados

Em Novembro de 2008 a Rede de Mulheres Sobreviventes de Violência Armada e a Fundação Control Arms, Secção Índia, receberam Shreen Saroor, uma conhecida activista de direitos humanos Sri Lanka.



Durante a sua visita, Shreen participou em debates e encontros com activistas indianos, partilhando experiências e ideias de estratégias de resposta aos efeitos da violência armada nas vidas das mulheres e das comunidades. Os participantes falaram sobre as semelhanças entre o conflito do Sri e o do Nordeste da Índia, incluindo o recurso a leis de estado de emergência como a Lei dos Poderes Especiais das Forças Armadas no Nordeste indiano e a Lei de Prevenção do Terrorismo no Sri Lanka.

Os fluxos de armas provenientes da Índia, Paquistão e China, entre outros, e a presença de vários grupos paramilitares armados tornaram-se um dos maiores desafios para os activistas para a paz no Sri Lanka. Contudo, o uso de armas de pequeno calibre não se restringe ao conflito armado. Existe um mercado crescente de armas de pequeno calibre para os civis, incluindo aqueles envolvidos em actividades criminosas o que levou a um aumento do número de empresas de segurança privados não reguladas. As armas são igualmente usadas como símbolo de poder e autoridade. A disponibilidade constante e contínua de armas de pequeno calibre resultou na intensificação do conflito e tem tido impactos muito nefastos, como comprovam as 5 mortes diárias em virtude do uso de armas de fogo.

Shreen é uma sobrevivente da guerra e da crise humanitária gerada pelo conflito armado em curso. Em 1998, co-fundou a Fundação Mannar para o Desenvolvimento das Mulheres (MWDF), uma organização não governamental (ONG) formada com a ajuda de mulheres muçulmanas e tamil deslocadas pela violência na ilha de Mannar, no Sri Lanka. O seu trabalho inclui a construção de confiança e humanidade inter-étnica na ilha onde a maioria das comunidades anteriormente mistas estão presentemente separadas pela guerra. Shreen é conhecida pela capacidade de encontrar formas alternativas de capacitação de mulheres no seu país devastado pela guerra. Através do micro-crédito, a MWDF conseguiu reunir mulheres em torno

da criação de uma fundação integrada destinada à reconstrução das suas comunidades fragilizadas.

O programa de micro-crédito é um dos principais sucessos da Fundação, demonstrando que o direito permanente de regresso dos deslocados internos (DI) é a base de comunidades sustentáveis e seguras. Isto é particularmente verdade no norte onde muitas famílias são agora chefiadas por mulheres. A título de exemplo, um grupo de dez mulheres recebeu um empréstimo para comprar um tractor. Além de o utilizarem na agricultura, alugaram-no a outros agricultores da sua aldeia. Shreen relembra, “no prazo de um ano, elas conseguiram pagar o empréstimo, mas mais importante que isto foram os usos diversos que deram ao tractor – transformaram-no numa ambulância, oferecendo viagens gratuitas a famílias que desejassem visitar familiares no hospital. Foi bastante inspirador ver a diferença que uma quantia pequena de dinheiro nas mãos de mulheres fez na vida de toda a comunidade.”

“Durante o processo de paz em 2002 não havia nenhuma mulher presente nas negociações. Para que a paz seja sustentável e durável, é necessário que as equipas negociais das partes em conflito sejam compostas por 50% de mulheres. Esta é a única forma de fazer justiça às mulheres afectadas pela guerra.”

Shreen Saroor

A Fundação Mannar para o Desenvolvimento das Mulheres has successfully brought international attention to gender-based violence in the war-torn areas. A segurança de mulheres e meninas tem sido uma das baixas da longa guerra do Sri Lanka. Soldados e membros de grupos paramilitares violam mulheres impunemente. Durante a guerra, muitas mulheres foram violadas e “desapareceram” depois de se manifestarem publicamente contra crimes de guerra. Muitas mulheres Tamil que tinham sido violadas por soldados das forças governamentais, acreditando que os seus corpos estariam ‘contaminados’ pelo inimigo, decidiram que a sua única opção seria aderirem a um grupo rebelde, onde pudessem tornar-se combatentes ou bombistas suicidas.

Em 2000, quando duas jovens mulheres em Mannar foram violadas por dozes agentes da polícia e dois oficiais da marinha, milhares de mulheres marcharam nas ruas de Mannar com a boca coberta por uma amarra preta em protesto. Estas imagens receberam atenção dos media e as manifestações difundiram-se pelo norte e este do país. O Presidente foi forçado a iniciar uma investigação especial, durante a qual duas mulheres identificaram os agentes da polícia e oficiais da marinha que as tinham torturado e violado. Os homens foram imediatamente transferidos de Mannar. Apesar da audiência ter sido adiada repetidamente, devido a ameaças à segurança

Notícias da Rede

das duas vítimas, tratou-se de um marco importante do activismo das mulheres Tamil, em particular contra a violência sexual perpetrada por forças governamentais em tempo de guerra. Esta foi a primeira vez que uma vítima de violação pôde (ou sobreviveu) à identificação dos seus atacantes em tribunal.

A violência sexual continua a minar a capacidade de mulheres e meninas de participarem em processos de resolução de conflitos, eleições, governação e reconstrução pós-conflito.

A visita de Shreen à Índia terminou com um apelo à sociedade civil sul asiática para que trabalhem em conjunto para pôr fim a ambos os conflitos, sublinhando que as soluções militares não são a forma indicada de resolver nenhum dos conflitos. A visita de Shreen revelou a utilidade da solidariedade e do trabalho em rede.



Shreen Saroor

O conflito armado no Sri Lanka que opôs o governo aos Tigres de Tamil Eelam (LTTE) teve início em Julho de 1983. Até ao presente, o conflito resultou em 70,000 mortos. Em 21 milhões de habitantes, mais de 500, 000 permanecem deslocados internos e, de acordo com estatísticas do ACNUR de Junho de 2008, existem cerca de 134,948 refugiados.



Algumas mulheres (WIPNET) visionam o documentário.

Capacitação através de intercâmbio

Isis WICCE completou a terceira fase do seu programa de Intercâmbio Internacional 2007/8, em Monróvia, Libéria, com o tema 'Direitos humanos, segurança humana e participação: documentando as experiências de mulheres em situações de conflito.'

Este ano, participaram no intercâmbio 39 mulheres de países em transição de situações de conflito. Receberam formação sobre transformação de conflitos, construção da paz, lobbying, angariação de fundos e organização de campanhas de sensibilização sobre direitos humanos e trabalho de promoção e construção da paz.

Este conhecimento e competências permitirão a estas líderes femininas responder de forma eficaz às necessidades das comunidades afectadas e intervir de forma informada nos ciclos da violência. Foram desenhados 21 planos de acção, com o objectivo de documentar violações de género em cenários de conflito armado.

Isis WICCE lançou ainda o relatório 'Uma análise da situação das mulheres sobreviventes do conflito de 1989-2003 na Libéria'. Membros da equipa de investigação explicaram as metodologias de investigação utilizadas, os padrões demográficos de sobreviventes do sexo feminino e o impacto do conflito no bem-estar físico e psicológico das mulheres.

No lançamento, estiveram presentes importantes decisores políticos liberianos, mulheres activistas de direitos humanos, representantes de agências de doadores e órgãos de comunicação social. Tratou-se de uma oportunidade para as mulheres sobreviventes da guerra partilharem as suas experiências na primeira pessoa.

Na sua intervenção, a Ministra do Género e Desenvolvimento, Varbah Gayflor, desafiou o governo e parceiros a usarem a investigação científica para responderem de forma eficaz às necessidades de mulheres e meninas.

O intercâmbio é uma actividade em parceria com o Ministério do Género e Desenvolvimento e a Rede Women in Peace Building (WIPNET) na Libéria.

Para mais informações, consulte:

Isis WICCE
www.isis.or.ug

Ministério do Género e Desenvolvimento, Libéria
www.mogd.gov.lr

Women in Peacebuilding Network (WIPNet)
www.wanep.org/programs/wipnet.html

Foco Especial: Os 16 Dias de Activismo Contra a Violência de Género

16 dias de activismo

Os 16 Dias de Activismo Contra a Violência de Género tiveram lugar entre 25 de Novembro e 10 de Dezembro de 2008. Foi o segundo ano em que as organizações de mulheres parte da Rede de Mulheres da IANSA participaram e se mobilizaram contra a violência armada nos seus países e comunidades.

AFRICA

Benin: YWCA

Burundi: Femmes Unies pour la Paix dans la Région des Grands Lacs (FUP/GL)

Botswana: Amnistia Internacional, Botswana

Camarões: Women in Alternative Action

República Democrática do Congo: Réseau d'Organisations des Droits Humains et d'Education Civique d'Inspiration Chrétienne (RODHECIC) e SOS Femmes En Danger (SOS FED)

Guiné Conakri: Association des Femmes pour les Initiatives de Paix

Gana: Women Peace and Security Network - Africa

Quênia: Fellowship of Christian Councils in the Great Lakes & Horn of Africa (FECCLAHA) e Grupo de Auto-ajuda Home Again

Libéria: Liberians United to Expose Hidden Weapons

Malawi: Centre for Conflict Management and Women Development Affairs (CECOWDA)

Mali: Association des Femmes pour les Initiatives de Paix

Namíbia: Breaking the Wall of Silence and NANGOF

Nigéria: Women Information Network (WINET)

Senegal: Mouvement contre les Armes Légères en Afrique de l'Ouest (MALAO)

Serra Leoa: Gender and Children's Affairs

África do Sul: Gun Free South Africa (GFSA) e YWCA

Sudão: Sudanese Women's Voice for Peace

Togo: Amnistia Internacional

África ocidental: West Africa Network for Peacebuilding (WANEP)

Uganda: Isis WICCE e Uganda Joint Christian Council

ÁSIA

Bangladesh: Latifa Gono Sohay Angan; Bangladesh Coalition for Child Rights (BCCR); Bangladesh Development Partnership Centre (BDPC)

Índia: Rede de Mulheres Sobreviventes de Violência Armada Manipuri e Fundação Indiana Control Arms; Women's League of Burma

Nepal: Rural Women's Network Nepal

Paquistão: Blue Veins, North West Frontier Province; Human Friends Organisation; Organisation for Peace and Development (OPD)

Sul asiático: SANGAT (Network of South Asian Feminist Activists) – Afeganistão, Burma, Bangladesh, Índia, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

Sri Lanka: SASA-NET South Asia Small Arms Network

Tailândia: Women's League of Burma

EUROPA

Sérbia: Women in Black - Belgrado, and Women in Black – Rede Sérbia

Suiça: PeaceWomen Across the Globe

Reino Unido: Women in Black

AMÉRICA LATINA

Bolívia: YWCA

Colômbia: Corporación PUNTO DE EQUILIBRIO; Colectivo Dignidad Humana, Bogotá e Cali

Costa Rica: Comisión Interinstitucional para Prevenir la Violencia Armada

El Salvador: Cemujeer

Paraguai: Coordinadora para Asentamientos Espontaneos



Comisión Interinstitucional al para Prevenir la Violencia Armada, Costa Rica

MÉDIO ORIENTE e NORTE DE ÁFRICA

Argélia: Collectif Bnet Fatma Nsoumer

Marrocos: L'Association Démocratique des Femmes (ADFM), Rabat

PACÍFICO

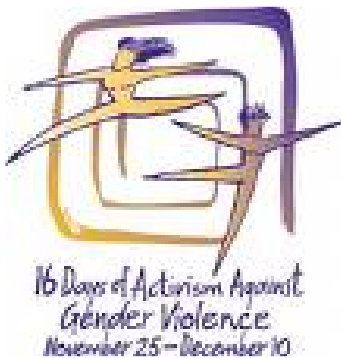
Fiji: Pacific Concerns Resource Centre e Fiji Women's Rights Movement



Rubina Feroze Bhatti, Taangh Wasaib Organisation, Paquistão.

O tráfico de armas e de mulheres no nordeste da Índia

No dia 25 de Novembro de 2008, integrado nos 16 dias de activismo, a rede de Mulheres Sobreviventes de Violência Armada Manipur e a Fundação Control Arms da Índia organizaram uma mesa redonda em Nova Deli sobre tráfico de mulheres e de armas no nordeste da Índia.



Entre os oradores estavam Hasina Kharbhih, Ashoka Fellow e a líder da Rede de ONG Impulse, Monisha Behal, a presidente da Rede do Nordeste, Hnunpui, e Lian, professora de Ciência Política na universidade de Delhi.

Kharbhih falou sobre a proximidade da região com o malfadado 'Triângulo dourado', que facilita os fluxos de drogas, armas e pessoas na região.

Além da instabilidade causada por décadas de conflito armado, esta região partilha uma fronteira porosa com o Butão, China, Birmânia e Bangladesh.

Os conflitos em curso levaram à deslocação de milhares de pessoas, à erosão das condições de vida e ruptura de redes sociais, aumentando a vulnerabilidade de mulheres e raparigas.

O nordeste da Índia, especialmente o estado de Meghalaya, tornou-se numa zona central para o recrutamento de mulheres e raparigas por parte de traficantes, quer através de falsas promessas de garantia de emprego, quer através de coacção, nomeadamente armada.

Binalakshmi Nepram, secretária-geral e fundadora da Rede Manipur explicou alguns dos vínculos entre tráfico de seres humanos e tráfico de armas de pequeno porte.

O nordeste indiano é um ponto de trânsito na rota do tráfico de mulheres e armas de fogo. Os traficantes recorrem à extorsão e intimidação das mulheres, fornecendo também protecção a migrantes ilegais durante a sua viagem.

A fronteira internacional é extremamente porosa e nestas circunstâncias as redes transnacionais criminosas tendem a florescer. Existem provas de que mulheres e armas de fogo estão a ser comercializadas ao longo das fronteiras, como comprova, por exemplo, a detenção de várias raparigas birmanesas no estado indiano de Mizoram, na posse de armas de fogo.

Nepram explicou que nesta região, em virtude de décadas de conflito armado e de deslocação forçada, muitas das crianças são orfãs e, por isso, mais vulneráveis ao tráfico de seres humanos. Sublinhou ainda que muitas das rotas de tráfico de mulheres são igualmente usadas para o tráfico de armas e drogas.



Some of the speakers at the event on 25 November 2008.



Hasina Kharbhih

Para mais informações, consulte:

Coalition Against Trafficking in Women-International (CATW)
www.catwinternational.org

Global Alliance Against Traffic in Women (GAATW)
www.gaatw.org

Mulheres liberianas: em luta pela paz

Em Novembro de 2008, as antigas combatentes Jackie Redd e Florence Ballah visitaram o Secretariado da IANSA para partilharem as suas experiências do conflito liberiano e os desafios que enfrentam actualmente na Libéria do pós guerra.

Em Setembro de 2007, investigadores da Amnistia Internacional (AI) visitaram a capital Monróvia e três distritos na zona de Lofa County para falarem com mulheres e meninas associadas às forças combatentes, algumas das quais participaram formalmente no processo de desmobilização, desmilitarização e desarmamento (DDR).

Estas mulheres, incluindo Jackie e Florence, são as protagonistas de um relatório e do filme 'Women in Liberia: Fighting for Peace' ['Mulheres na Libéria: em luta pela paz'], um documentário que segue as vidas de cinco mulheres desde o início da guerra até à sua reintegração na sociedade pós-conflito.



O relatório da AI, intitulado 'A Flawed Process Discriminates Against Women and Girls' [Um processo falhado discrimina mulheres e meninas'], centra-se nas experiências de mulheres e meninas com o movimento dos Liberianos

Em resultado das guerras fratricidas da Libéria entre 1989 e 1997 e também entre 1999 e 2003, mais de 200,000 pessoas morreram e cerca de 500,000 liberianos foram deslocados. As mulheres liberianas, em números record, foram confrontadas com violências indescritíveis.

Durante a guerra e os períodos pós-conflito, estas mulheres enfrentaram a morte de familiares, violência sexual, vergonha, estigma e ambientes económicos e sociais difíceis. Hoje, as mulheres liberianas continuam a enfrentar desafios ao mesmo tempo que tentam readaptar-se à vida civil.

Unidos para a Reconciliação e a Democracia (LURD), o principal grupo armado liberiano de oposição ao governo, e as forças de segurança governamentais presentes em várias partes do distrito de Lofa ao longo do conflito.

A maioria das mulheres e meninas entrevistadas pela AI foram raptadas e forçadas a andar com uma arma de fogo, a trabalhar como escravas sexuais ou a casar com oficiais. Outras aderiram às forças combatentes 'voluntariamente' por razões diversas – sobrevivência, protecção ou vingança pela morte de um familiar.

Muitas mulheres foram raptadas em conjunto com os seus filhos e outras tornaram-se mães enquanto faziam parte de grupos armados. Algumas permaneceram nas facções armadas durante muito tempo por medo ou falta de alternativas, enquanto que outras conseguiram fugir.

Memórias de medo, violência e perda resultantes do conflito armado estão ainda presentes nas mentes de Jackie e Florence e, tal como a maioria das mulheres entrevistadas, tem influenciado a sua participação nos processos de reconstrução pós-conflito.

Apelaram aos responsáveis pelo planeamento dos processos de DDR para trabalharem com as mulheres e se oporem às iniciativas dos líderes masculinos de exclusão das mulheres das etapas de formulação e implementação de processos de DDR. Apelaram ainda para uma atenção redobrada em relação aos processos de verificação da elegibilidade de mulheres e meninas associadas a forças combatentes para participarem nestes programas.

Jackie e Florence são exemplos de como as experiências das mulheres das mulheres que têm desempenhado papéis nos processos de construção da paz ou have served in armed groups, podem ser transformadas em competências e abordagens úteis para a reconstrução e desenvolvimento comunitário.

A Flawed Process Discriminates Against Women and Girls

Amnistia Internacional, 2008

www.amnesty.org/en/library/info/AFR34/004/2008/en

Women in Liberia: Fighting for Peace

Amnistia Internacional

www.amnesty.org/en/news-and-updates/video-and-audio/women-liberia-fighting-peace-20080723



Florence Ballah

Violência e armas ligeiras: um retrato português

Nos dias 30 e 31 de Outubro de 2008, a directora da IANSA, Rebecca Peters e Sarah Masters, coordenadora da Rede de Mulheres (WN), participaram no seminário internacional 'Violência e Armas ligeiras: um retrato português', no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

O objectivo do seminário foi desenvolver uma agenda de investigação e acção sobre armas de pequeno calibre em Portugal e consolidar a rede de organizações e peritos neste domínio.

Rebecca foi uma das oradoras, tendo estruturado a sua apresentação em torno dos fluxos globais de armas de pequeno calibre e armamento ligeiro.



Rebecca Peters, Directora da IANSA. Foto: Helio Gomes

Sarah falou sobre as articulações possíveis da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas com a agenda do controlo de armas. Deu exemplos de como a Resolução 1325 constitui um claro mandato para que políticas e programas no domínio das armas de pequeno calibre tenham em atenção questões de género e as necessidades específicas das mulheres em processos de tomada de decisão.

Há uma exigência crescente de políticas e planos de acção específicos sobre a resolução 1325. Esta exigência é em grande parte resultado da mobilização e lobby de organizações de mulheres em todo o mundo. Estes esforços foram reconhecidos, por exemplo, no Relatório do Secretário Geral das Nações Unidas sobre a Resolução 1325, em 2004, quando Kofi Annan apelou a todos os Estados membros das Nações Unidas para que desenvolvessem planos de acção nacionais de implementação da Resolução.

Sarah interveio no mesmo painel que Teresa Fragoso, Assessora do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, que explicou o processo em curso de desenvolvimento do plano de acção nacional. Portugal estabeleceu um grupo de trabalho inter-ministerial que conta com os contributos das várias entidades governamentais envolvidas, bem como de organizações da sociedade civil. No início de 2009, o grupo de trabalho espera realizar uma reunião com representantes da sociedade civil, para discutir o esboço de plano de acção.

Até ao momento, apenas dez países desenvolveram um plano de acção nacional. Nove destes são países do norte da Europa, não estando afectados directamente por conflitos. No início de 2008, a Costa do Marfim lançou o seu plano nacional, enquanto que a Libéria se encontra prestes a lançar o seu. Países como a Colômbia, Israel e Fiji integraram a resolução 1325 na legislação nacional em alternativa ao desenvolvimento de um plano de acção específico.

No primeiro dia do seminário, um jornal local noticiou o caso de um duplo homicídio-suicídio. Um homem assassinou com arma de fogo a sua ex-mulher e o seu actual companheiro, antes de se suicidar. A arma utilizada era legal. Este acontecimento lembrou os participantes da importância dos esforços destinados a desarmar a violência doméstica.

Num evento similar, organizações não governamentais para o desenvolvimento fizeram recomendações sobre o plano de acção nacional da Irlanda, numa conferência que reuniu representantes do governo irlandês e o Consórcio Irlandês de Violência de Género. A IANSA é membro do Gender Action for Peace and Security (GAPS) Reino Unido, um grupo de trabalho sobre a Resolução 1325.

Para mais informações, consulte:

Núcleo de Estudos para a Paz (NEP/CES), Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
www.ces.uc.pt

Stepping Up Ireland's Response to SCR 1325
www.gbv.ie



Foto: Helio Gomes

Graças ao Observatório sobre Género e Violência Armada (OGiVA), integrado no Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais (NEP/CES), o boletim da Rede de Mulheres da IANSA estará disponível igualmente em português, cumprindo um dos objectivos do OGiVA, que se prende com a realização e disseminação de estudos e notícias sobre mulheres e violência armada.

Anúncios

Mulheres da IANSA presente na Comissão Nacional Nigeriana

O Programa 'O direito das Mulheres à Educação' /Rede de Mulheres da IANSA, Nigéria, são os mais recentes membros da Comissão Nacional Nigeriana de Controlo de Armas de Pequeno Calibre e Armamento Ligeiro (NATCOM).

A Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (ECOWAS) é uma organização regional composta por 15 nações da África ocidental, criada em 1975. Em 1998, os Chefes de Estado e de governo do ECOWAS endorsed uma moratória sobre a importação, exportação e produção de armas de pequeno calibre e ligeiras de forma a garantir uma resposta coordenada para o problema da proliferação e disseminação de armas de fogo. Como parte da moratória, foi estabelecida a Comissão Nacional de Controlo de Armas de Pequeno Calibre e Armamento Ligeiro.

A Comissão Nacional é essencialmente um órgão governamental. Contudo, a inclusão de representantes da sociedade civil é importante para assegurar a comunicação e articulação entre a Comissão Nacional e sectores relevantes da população. Na Nigéria, a Comissão Nacional foi estabelecida em 2001, tendo actualmente poderes estatutários enhanced statutory powers.

O Programa de Armas de Pequeno Calibre do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)- ECOWAS (ECOSAP) tem tido um papel importante na capacitação do Secretariado do ECOWAS e dos governos da África Ocidental no que diz respeito à implementação da moratória/convenção e preparação de estratégias futuras de redução da proliferação de armas de pequeno calibre na região.

ECOSAP encarregou a NATCOM da aplicação de um questionário sobre o sector de segurança em 16 estados. Como é sabido, muitas vezes os homens obtêm armas para protegerem a sua família, especialmente quando acreditam que o sector de segurança não é capaz de garantir a sua protecção. Assim, o envolvimento do sector de segurança é essencial para a redução da procura de armas de pequeno calibre.

A rede de Mulheres da IANSA desempenhará um papel vital no desenvolvimento e monitorização de políticas da NATCOM, particularmente no que diz respeito aos impactos de género da violência armada ao nível nacional e regional.

Para mais informações, consulte:

Programa de Controlo de Armas do ECOWAS

www.ecosap.ecowas.int

FOSDA

www.fosda.net

Primeira Comissão das Nações Unidas sobre Desarmamento

A primeira Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas teve lugar no mês de Outubro, centrando-se sobre questões relacionadas com o desarmamento e segurança internacional. Parte da Primeira Comissão versou sobre armas convencionais, incluindo as armas de pequeno calibre.

Desde 2006, a Primeira Comissão tem permitido a um grupo reduzido de ONG de intervir directamente nos trabalhos da reunião. A IANSA foi a responsável pela coordenação das actividades da sociedade civil no que diz respeito às armas convencionais. Este ano, Widad Akrawi (da organização Defend International) falou sobre o Tratado de Comércio de Armas (TCA), enquanto que Rebecca Peters (directora da IANSA) interveio sobre o processo das Nações Unidas sobre armas de pequeno calibre e armamento ligeiro.

A resolução sobre o TCA adoptada na Primeira Comissão em 2008 estabelece a criação de um grupo de trabalho aberto, que reunirá no máximo em 6 sessões, a partir dos primeiros meses de 2009. Duas sessões com duração de uma semana terão lugar em 2009, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, entre 2-6 de Março e 13-17 de Julho. Uma sessão organizativa com a duração de um dia terá lugar em Nova Iorque, em 27 de Fevereiro de 2008.

145 Estados votaram a favor da resolução "Rumo a um tratado de comércio de armas: estabelecendo directrizes comuns internacionais para a importação, exportação e transferência de armas convencionais." 18 Estados abstiveram-se, enquanto que os EUA e o Zimbabué votaram contra. A IANSA congratula-se com a adopção da resolução e com o apoio que recebeu. Contudo, partilhámos a preocupação expressada por muitos Estados de que o texto da resolução é bastante fraco. Por exemplo, a Resolução não exige explicitamente que o OEWG discuta uma proposta de TCA baseada no respeito pelos direitos humanos, direito internacional humanitário e desenvolvimento sustentável.

Durante os trabalhos da Primeira Comissão, o UNIDIR anunciou a organização de reuniões regionais sobre o TCA durante 2009, em paralelo com as sessões do grupo de trabalho aberto (OEWG), em Nova Iorque. Estas reuniões, financiadas pela União Europeia, serão organizadas em África, América Latina, Ásia, Médio Oriente e Europa de Leste/Ásia Central.

Para mais informações, consulte:

www.iansa.org/un/FirstCommittee2008.htm

Eventos

MenEngage - Consulta Europeia

14-16 de Janeiro de 2009: Estocolmo, Suécia

Para obter mudanças de larga escala nas normas de género e alcançar igualdade de género, é necessário intensificar os esforços de participação/envolvimento de homens e meninas e incluir de forma estratégica decisores políticos e o sector público. Um conjunto de consultas a nível regional estão a ser levadas a cabo com o objectivo de avaliar necessidades e capacidades de potenciais membros da MenEngage. www.menengage.org

Conferência internacional sobre Violência de Género e Saúde Sexual e Reprodutiva

15-18 de Fevereiro de 2009: Mumbai, Índia

Organizada pela Rede de Enfermeiros/as sobre Violência Contra as Mulheres (NNVAW), com o objectivo de encorajar o desenvolvimento de práticas de enfermagem que se centram nas questões de saúde relacionadas com os efeitos da violência na vida das mulheres. www.nnvawi.org

Crimes de guerra – Retrospectivas e Possibilidades [“War crimes – Retrospectives and Prospects”]

20-21 de Fevereiro de 2009: Londres, Reino Unido

Este evento examinará a questão dos crimes de guerra e explorará formas através das quais a identificação de crimes de guerra e respectivos perpetradores constituem um componente essencial da resolução pós-conflito.

www.perc.plymouth.ac.uk/solon

Segunda Conferência Internacional Mulheres pela Paz [“Women for Peace”]

5-6 de Março de 2009: Dili, Timor Leste

Esta conferência será uma oportunidade para mulheres de todo o mundo de partilharem as suas experiências sobre formas de transição pós-conflito, busca de justiça e solidariedade, e reconhecimento e valorização da cultura tradicional, sempre que salvaguardados os seus impactos negativos na sociedade.

www.alolafoundation.org/womenforpeaceconference.php

Dia Internacional da Mulher

8 de Março de 2009: Internacional

53ª sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres

2-13 de Março de 2009: Sede da Organização das Nações Unidas, Nova Iorque, EUA

www.un.org/womenwatch/daw/csw/53sess.htm

Engajando Homens e Meninos pela Igualdade de Género

30 de Março – 3 de Abril de 2009: Rio de Janeiro, Brasil

450 participantes de todo o mundo partilharão o seu trabalho e experiência em investigação aplicada, desenho de políticas e programas. O seu trabalho desafia as normas rígidas de género e envolve homens e rapazes na redução da violência contra mulheres e meninas, promoção de saúde sexual e reprodutiva, prevenção e tratamento do HIV/SIDA, paternidade e cuidado.

www.engagingmen2009.org

Recursos

Building Feminist Movements and Organisations

Alpizar Duran, L., Payne, N. and Russo, A. (eds), Zed Books, 2007

O movimento feminista depara-se actualmente com vários desafios, nomeadamente conflitos armados, a propagação do HIV/SIDA, a ascensão dos fundamentalismos e o escassear de recursos destinados ao trabalho em prol da igualdade de género. O livro defende que são necessárias a revisão de dinâmicas internas e o trabalho de organizações feministas para dar resposta a estes desafios.

Nepal: a gender view of the armed conflict and the peace process

Escola de Cultura de Pau, 2008

Uma análise de género do conflito armado e do processo de paz no Nepal. www.escolapau.org/img/qcp/nepal_conflict_peace.pdf

Finding New Words, Creating New Methods. The Participation Of Women In Peace Processes

María Vilellas Ariño, 2008

O artigo analisa a participação de mulheres no processo de paz e nas negociações em situações de conflito armado e violência socio-política. www.escolapau.org/img/programas/alerta/articulos/07articulo040i.pdf

Women talk peace

IWTC

Um conjunto de produções radiofónicas destinadas a sensibilizar a população sobre os vários aspectos da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325, que diz respeito ao impacto da guerra na vida das mulheres e aos contributos das mulheres para a resolução de conflitos e paz sustentável.

www.iwtc.org/2983/index.html

Developing the security sector: security for whom, by whom?

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Holanda, 2007

As mulheres são geralmente conhecidas como vítimas de guerra, enquanto que em processos de reconstrução pós-conflito e construção da paz as suas necessidades específicas, papéis, contributos e direitos tendem a ser negligenciadas. www.minbuza.nl/binaries/en-pdf/developing-the-security-sector.pdf

Liberia is Not Just a Man Thing

International Center for Transitional Justice, 2008

O relatório examina o papel das mulheres na implementação de instrumentos de paz e segurança através do estudo de caso de mecanismos de justiça transicional no contexto liberiano. As experiências das mulheres liberianas têm muito que ensinar ao mundo sobre os papéis das mulheres na construção da paz.

www.peacebuilding.eu/resources/ICTJ_Liberia_is_Not_Just_a_Man_Thing.pdf

Women and War

Comité Internacional da Cruz Vermelha (ICRC), 2008

Esta publicação centra-se nas formas como as mulheres são afectadas pelos conflitos e as acções do ICRC destinadas a dar resposta às suas necessidades específicas. www.icrc.org/Web/Eng/siteeng0.nsf/html/p0944

Leave us in peace! Targeting civilians in Colombia's internal armed conflict

Amnistia Internacional, 2008

O relatório sublinha as formas como mulheres e meninas são alvo de todas as partes em conflito.

www.amnesty.org



Nos agradecemos o governo da Noruega pelo seu apoio